

homens falam sobre aborto

Uma pesquisa em
São Paulo e Recife

Gustavo Venturi

Católicas pelo Direito de Decidir

Fundada no Brasil em 8 de março de 1993, é uma organização não governamental feminista. Busca a justiça social, o diálogo inter-religioso e a mudança dos padrões culturais e religiosos que cerceiam a autonomia e a liberdade das mulheres, especialmente no exercício da sexualidade e da reprodução.

Missão

Promover a mudança de padrões culturais e religiosos, afirmando os direitos sexuais e os direitos reprodutivos como Direitos Humanos, para garantir a autonomia e a liberdade das mulhees e a construção de relações igualitárias entre pessoas.



FORDFOUNDATION



assessoria em
pesquisas
opinião e
mercado

homens falam sobre aborto

Uma pesquisa em
São Paulo e Recife

Gustavo Venturi

1ª Edição
São Paulo - 2013



Titulo do caderno:

**Homens falam sobre Aborto:
Uma pesquisa em São Paulo e Recife**

Coordenação:

Maria José Rosado Nunes e Yury Puello Orozco

Autor:

Gustavo Venturi

Projeto:

**Articulando Setores Estratégicos:
Católicas em Campanha pela Legalização do Aborto no Brasil**

Capa:

Luiza Kame

Editoração e impressão

Gráfica MaxPrint



Rua Martiniano de Carvalho, 71 – casa 11
Bela Vista - São Paulo – SP – CEP - 01321-001

Telefone/Fax: (11) 3541-3476

www.catolicas.org.br

facebook.com/catolicasdireitodedecidir

[Twitter.com/ascatolicas](https://twitter.com/ascatolicas)

2013

sumário

| | |
|---|----|
| 1. Introdução..... | 7 |
| 2. Nota metodológica..... | 9 |
| 3. Desenho amostral..... | 11 |
| 4. Mudanças nas relações de gênero | 13 |
| 5. Brigas no cotidiano e partilha de decisões importantes | 17 |
| 6. Contracepção e gravidez não planejada | 21 |
| 7. Gravidez não planejada e aborto | 23 |
| 8. Aborto: princípios religiosos x questões sociais..... | 27 |
| 9. Legislação: desconhecimento e penalizações..... | 33 |
| 10. Igrejas, sociedade e Estado laico | 35 |
| 11. Sumário conclusivo - homens e aborto..... | 39 |
| 12. Anexo | 45 |

1. introdução

Muitos estudos e pesquisas se têm realizado com relação às mulheres e a realidade do aborto. Por que as mulheres abortam? Diversos são os motivos que elas têm para interromper a gravidez: abandono do companheiro, questões financeiras, medo à rejeição da família, decisão do parceiro/marido, ser muito jovem, medo de perder o emprego, não desejar ter filh@s; ou seja, muitos são os motivos pelos quais as mulheres tomam esta decisão.

Sabemos das conseqüências negativas que tem para elas, especialmente no campo da saúde, quando exercem seu direito de decidir por um aborto, em um país onde este ainda não é legalizado. Como se sabe, no Brasil o aborto é legal apenas em três situações: quando a gravidez é resultado de estupro, quando há risco de morte da mulher em casos de anomalia fetal grave (anencefalia). O aborto é em nosso país, a terceira causa de morte materna, resultado das condições inseguras e clandestinas às quais as mulheres são submetidas, por falta de leis, políticas públicas e acesso a serviços gratuitos e de qualidade no caso de um aborto. A mortalidade e morbidade materna são na sua grande maioria facilmente evitáveis se existe uma política voltada para a promoção e defesa da saúde sexual e da saúde reprodutiva; uma política que assuma a atenção aos direitos sexuais e aos direitos reprodutivos como fundamentais para o desenvolvimento, para a eliminação da pobreza e para a efetivação dos direitos de cidadania das mulheres.

Mas, frente a esta realidade o universo masculino, ator também fundamental nesta situação, historicamente tem ficado de lado. O peso maior da situação recai sobre as mulheres: pelas implicações diretas que têm para sua saúde, para sua vida, assim como também porque o peso de uma sociedade que condena e culpa recai única e diretamente sobre elas. O que os homens pensam sobre o aborto? Porque muitas vezes abandonam as mulheres quando percebem que estão grávidas? Como eles veem sua responsabilidade em relação

as suas parceiras ou companheiras? Como as ideias religiosas interferem no que os homens pensam sobre o aborto?

Tais questões surgiram como resultado de atividades realizadas por CATÓLICAS PELO DIREITO DE DECIDIR, com o apoio da FUNDAÇÃO FORD: Diálogos Estratégicos sobre a problemática do aborto no Brasil, realizados com pessoas aliadas de diferentes setores sociais. Entre os temas que consideramos necessário aprofundar está exatamente o pensamento dos homens a respeito do aborto. Constatamos uma ausência de dados relacionados com a opinião deles. Por essa razão, nos propusemos realizar uma pesquisa qualitativa que nos permitisse conhecer a opinião e a forma como os homens constroem suas ideias sobre o aborto. Consideramos que esse conhecimento poderá fortalecer nossos argumentos em vista da legalização do aborto no Brasil.

Para a realização dessa pesquisa, contamos com a assessoria de Gustavo Venturi, especialista em pesquisa qualitativa e de opinião pública, aliado nestes debates e participante dos Diálogos Estratégicos chamados por Católicas.

A pesquisa, de caráter qualitativo, foi realizada com a participação de homens da cidade de São Paulo e de Recife. A metodologia utilizada foi a dos grupos focais que permitem um diálogo aberto, sem valoração do que é certo ou errado e sem julgamento morais prévios. Além do tema do aborto foram abordadas questões como: relações de gênero; tomada de decisões na família; gravidez não planejada; Estado laico e religião.

Consideramos que os resultados oferecem elementos para cumprir uma das estratégias propostas nos Diálogos: ampliar atores favoráveis à legalização do aborto, incorporando os homens neste debate. Conhecer seus sentimentos e opiniões a respeito deste tema nos dá instrumentos para uma abordagem mais adequada do mesmo, para construirmos uma nova linguagem no tratamento do tema e para ampliar o diálogo com outros setores da sociedade.

Esperamos que a presente publicação da pesquisa ofereça subsídios para organizações feministas e outras que se empenham na luta pela melhor compreensão da realidade do aborto em nosso país e, conseqüentemente, para sua legalização.

2. nota metodológica

Pesquisa qualitativa, com a técnica de Grupo Focal, com base em roteiro semi-estruturado, previamente definido (v. Anexo).

Foram feitos seis grupos, três com homens residentes em São Paulo, três com homens residentes em Recife, de forma a controlar eventuais diferenças regionais.

Realizados em final de maio (São Paulo) e meados de junho de 2013 (Recife), os seis grupos contaram cada um com 8 a 9 participantes, e foram moderados por profissionais também do sexo masculino.

O perfil sociodemográfico definido para a seleção dos participantes de cada grupo seguiu dois critérios básicos. O primeiro relativo à experiência (ou não) de paternidade, garantindo-se em todos os grupos que entre a metade e dois terços dos convidados fossem pais de ao menos um filho não planejado, de modo a que tenham necessariamente enfrentado um momento em que a questão da interrupção de uma gravidez possa ter sido cogitada.

O segundo, dado o tema em foco, de forma a controlar eventuais diferenças decorrentes de status ou classe social e sua influência em questões de princípios e valores – operacionalizado pela classificação socioeconômica do Critério Brasil (elaborado e regularmente revisado pela ABEP, Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa), comumente utilizado para a conformação de grupos focais.

Optou-se por quatro grupos de classe socioeconômica C, dois em cada capital, dada a representatividade de tal segmento (atualmente pertencem à classe C pouco mais da metade da população brasileira), e por dois grupos de classe B1, um em cada capital, de modo a poder contrastar suas opiniões e percepções.

Os demais traços decorreram desse recorte. De um lado, buscou-se indivíduos com escolaridade compatível ou predominante em cada segmento – de Ensino Fundamental incompleto a Médio completo entre os da classe C, com Superior completo entre os da classe B. De outro, com os grupos da classe C, sendo dois por capital, foi possível compor um mais jovem (25 a 35 anos de idade), outro mais velho (36 a 50 anos).

Em suma, com homens de duas capitais, com idades, classes sociais e graus de escolaridade distintos, o desenho amostral realizado almejou contornar a limitação de sua representatividade numérica. Se os achados desta investigação não podem ser generalizados para o universo dos homens adultos brasileiros, certamente são expressivos para além dos poucos grupos investigados.

3. desenho amostral

| GRUPO | DATA | HORÁRIO | LOCAL | EXPERIÊNCIA DE PATERNIDADE | ESCOLARIDADE | CLASSE SOCIOECON. (CRITÉRIO BRASIL) | IDADE |
|-------|-------|---------|--------|---|---|-------------------------------------|--------------|
| G 1 | 25/05 | 10:00 | SP | Até 1/3 sem filhos, 2/3 com filhos não planejados | Superior completo | B1 | 25 a 50 anos |
| G 2 | 25/05 | 14:00 | SP | 1/2 sem filhos, 1/2 com filhos não planejados | De 5ª série do Fundamental a Médio completo | 1/2 C1, 1/2 C2 | 25 a 35 anos |
| G 3 | 25/05 | 16:30 | SP | Até 1/3 sem filhos, 2/3 com filhos não planejados | De 5ª série do Fundamental a Médio completo | 1/2 C1, 1/2 C2 | 36 a 50 anos |
| G 4 | 14/06 | 19:00 | Recife | Até 1/3 sem filhos, 2/3 com filhos não planejados | Superior completo | B1 | 25 a 50 anos |
| G 5 | 15/06 | 10:00 | Recife | 1/2 sem filhos, 1/2 com filhos não planejados | De 5ª série do Fundamental a Médio completo | 1/2 C1, 1/2 C2 | 25 a 35 anos |
| G 6 | 15/06 | 14:00 | Recife | Até 1/3 sem filhos, 2/3 com filhos não planejados | De 5ª série do Fundamental a Médio completo | 1/2 C1, 1/2 C2 | 36 a 50 anos |

4. mudanças nas relações de gênero

Os participantes reconheceram profundas transformações ocorridas ‘nas últimas décadas’ nos papéis masculino e feminino, afetando os relacionamentos homem/mulher.

De modo geral, a inserção da mulher no mercado de trabalho é considerada bem vinda, valorizada pelo que traz de ganho em bem estar para o casal. Mas sua contrapartida, a possível independência financeira da mulher é, muitas vezes, considerada incômoda, um efeito não desejado, e apontada como principal responsável pela transformação ocorrida na relação de gênero.

“O grande diferencial nesse período de 20 a 30 anos, foi a liberdade feminina, até por conta da liberdade financeira, a mulher está mais exposta no dia a dia e no mercado de trabalho.” (Recife – B – 25 a 50 anos)

“Acho legal a mulher ter esse espaço, lembro a minha infância que a minha mãe não podia trabalhar e o meu pai não deixava. Hoje em dia a mulher tomou espaço e muitas trabalham em casa e fora.” (SP – C – 25 a 35 anos)

O papel tradicional de ‘cabeça’ ou ‘chefe’ da família, onde o homem ocupava tal espaço, passa a ser compartilhado, para alguns até mesmo exercido pela mulher.

O subtexto que traduz o desconforto com tal deslocamento é: ela já comandava todo o cotidiano da casa, agora que também traz dinheiro, manda em tudo.

“Ela passou da coisa de submissão para aquela coisa de ser companheira mesmo. An-

tigamente ela era ensinada a servir o homem e obedecer, estava sempre disponível para atender ao homem; hoje não, hoje você tem a companheira que luta com você, busca objetivos junto com você. “ (SP – B – 25 a 50 anos)

“E com essa independência toda da mulher, ela acaba se tornando a chefe da família...”
(SP – B – 25 a 50 anos)

Tais transformações também estariam sendo observadas na execução das tarefas cotidianas do domicílio.

Se antes era praxe a mulher ficar em casa e o homem sair para trabalhar, como hoje em muitos arranjos conjugais ambos trabalham fora, avançou-se em alguma medida na divisão das tarefas domésticas, com graus variados de participação do homem – uma prática inexistente ou muito rara na geração dos pais dos participantes dos grupos.

“Hoje você vê, nós ajudamos em casa, quantos de nós lavamos roupa, lavamos louça e cuida do filho; antigamente isso era um trabalho da mulher...” (SP – B – 25 a 50 anos)

“Minha mãe quando soube que eu lavo roupa, e que eu passo roupa e lavo louça, quando ela soube, ela ficou horrorizada.” (SP – B – 25 a 50 anos)

Diferentes dimensões da transformação do papel social das mulheres são mencionadas.

“Não tem mais preconceito de você chegar num posto médico com a mulher e ser atendido ou mesmo da mulher ser atendida por um enfermeiro, por um médico, por um homem.”
(Recife – B – 25 a 50 anos)

“Antes até o homem queria ser atendido por homem.” (Recife – B – 25 a 50 anos)

“Hoje em dia aumentou o número de divórcio porque a mulher não tem mais dependência do marido e ela ganha até mais que o marido e se ela quiser ela pede o divórcio.” (SP – B – 25 a 50 anos)

“E não estão necessariamente procurando um parceiro que a sustente. Ela pode sair para balada, namorar e sem compromisso.” (Recife – B – 25 a 50 anos)

“Antigamente você saía e deixava a mulher em casa, e a mulher era dependente e ela ficava. Hoje elas não dependem mais, mudou bastante.” (Recife – C – 36 a 50anos)

Vários relatos apontam dificuldade para aceitação da nova realidade, os quais variam da nova condição da mulher na relação, como co-provedora do sustento da família, até à confissão de violências contra a mulher, ou apenas passando por comentários que a desvalorizam.

A Lei “Maria da Penha” foi lembrada como fator de contribuição na transformação da postura do homem em relação a mulher.

“E agora tem a Lei Maria da Penha. Tinha muitas mulheres que eram maltratadas em casa, e hoje não são mais.” (Recife – B – 25 a 50 anos)

“Lá atrás o homem se colocava muito acima da mulher, e a mulher foi e lutou por esse espaço e o homem não estava preparado para ter essa briga com a mulher.” (SP – B – 25 a 50 anos)

“Abriu uma concorrência entre homem e mulher.” (SP – C – 25 a 35 anos)

“A parte ruim é que com essa liberdade, tem mulher que até trai o marido.” (Recife – B – 25 a 50 anos)

“...muitas vezes a mulher quer tomar esse espaço, e às vezes o respeito nesse sentido, por conta de algum fato, querem se impor demais e isso gera brigas, discussões e cobranças...” (Recife – C – 36 a 50 anos)

“Tem mulher que já passou do limite.” (SP – C – 36 a 50 anos)

“A mulher tem que ser submissa, você [homem] tem consciência do que pode e do que não pode [ela não].” (SP – C – 25 a 36 anos)

“...fui para o Internacional (clube de Recife) e deixei ela trancada em casa...” (Recife – C – 36 a 50 anos)

“...houve uma piora, a falta de respeito. Meu pai almoçava sempre ao meio-dia e meu pai sentava na cabeceira da mesa... Hoje é uma bagunça não tem mais respeito.” (Recife – C – 36 a 50 anos)

“Antes autoritarismo era com o homem e hoje é com a mulher” (SP – C – 25 a 35 anos)

“Agora os dois tem que ter diálogo, porque cada um tem sua diversidade e sua maneira de pensar..” (SP – C – 25 a 35 anos)

“Hoje você tem que respeitar a mulher.” (Recife – B – 25 a 50 anos) “Ela toma banho e deixa a toalha na cama.” (Recife – C – 36 a 50 anos) “No meu relacionamento a gente costuma fazer tudo de comum acordo” (SP – B – 25 a 50 anos)

“Na minha opinião, nessas decisões, aí a igualdade atrapalha um pouco” (SP – B – 25 a 50 anos)

5. brigas no cotidiano e partilha de decisões importantes

Na exploração dos conflitos decorrentes nas mudanças nas relações atuais, para pior ou melhor, em comparação às vividas por gerações anteriores, não se observou consenso quanto aos temas causadores de desentendimentos.

Para alguns, pequenas coisas vividas no dia a dia pelo casal acabam tendo um peso maior que a discussão de temas a princípio de maior relevância, como trabalho, moradia ou aquisição de algum bem de maior valor. A vivência da repetição de atos que incomodam produz grande impacto negativo na relação.

Ciúmes e dinheiro (relatados sem estímulos) surgem como os principais motes para as discussões cotidianas mais sérias. Questões relativas a local de moradia ou compra de casa, carro, educação dos filhos, mudança de emprego ou de cidade etc. também surgem, porém com menos intensidade.

Não é claro quem tem a última palavra nas discussões de decisões mais importantes. Predominou o discurso de que são partilhadas.

*“As brigas são por dinheiro, você pagou a conta, ou você não pagou.”
(SP – C – 36 a 50 anos)*

“Ela fala: você gastou todo o dinheiro e não sei o quê... você gasta com cerveja no boteco... E eu falo: você gasta com roupa, você

só compra roupa..” (SP – C – 36 a 50 anos)

“Tive dois momentos de dificuldade no relacionamento, um por conta de ciúmes dela e outro por problemas financeiros.” (Recife – B – 25 a 50 anos)

*“Dói mais quando ela sai com as amigas do que quando a gente sai com os amigos.”
(Recife – C – 25 a 35 anos)*

“Sim, coisas simples: quero botar isso aqui, não, coloca ali. E aí começa, fica com raiva de um lado...” (Recife – C – 36 a 50 anos)

Mas cotidiano à parte, os relacionamentos heterossexuais focados sugerem que já não há um padrão ou modelo único frente à tomada de decisões, quando estão em jogo questões consideradas importantes, no sentido de potencialmente afetarem a trajetória de vida do casal.

Alguns homens relataram a estratégia de conversar assuntos importantes com o intuito de dividir a responsabilidade ou mesmo apenas para não se envolverem em discussões.

Na maioria dos casos, entretanto, as questões consideradas importantes tendem a ser partilhadas e realmente discutidas e refletidas pelo casal, em busca de uma solução de consenso.

De qualquer forma, arranjos em que o homem tenha um papel submisso na relação parecem raros.

“A ultima palavra é a minha, não por machismo... se der alguma coisa errada, a gente está de comum acordo.” (SP – C – 25 a 35 anos)

“A palavra dela sempre pesa mais” (SP – C – 25 a 35 anos)

*“Eu normalmente sou mais propenso a abrir mão das coisas. Eu não esquento com nada”
(Recife – B – 25 a 50 anos)*

“...eu propus (a esposa), o jeito é eu fazer acordo na firma e ser mandado embora e com esse dinheiro aplicar na casa.” (SP – C – 36 a 50 anos)

6. contracepção e gravidez não planejada

Importante observar que até este momento das discussões, embora se tivesse solicitado que falassem sobre como costumam tratar de *questões importantes* com suas parceiras, em nenhum grupo havia surgido qualquer referência a gravidez, paternidade ou temas afins.

Inevitável especularmos com a hipótese de que dificilmente isso aconteceria em grupos de mulheres que recebessem os mesmos estímulos e fossem instadas a falar sobre como tratam questões que podem interferir em suas trajetórias de vida. (Fica a sugestão para a realização de um estudo espelhado, com a mesma técnica, perfil de grupos e roteiro para testar essa hipótese).

Embora muitos participantes fossem narrar mais adiante que se casaram em função de gravidez não planejada, de forma espontânea, tão pouco se observou qualquer relato referente a métodos contraceptivos como objeto de diálogo ou negociação das relações, presentes ou passadas, sobretudo em seu início, na fase de namoro.

A discussão a respeito de métodos contraceptivos, que nos grupos só surgiu a partir de estímulo, na experiência dos participantes surge apenas quando consideram estar em uma relação estável, quando não já morando juntos, ou quando já se consideram 'mais maduros'. Antes disso, é como se fosse um problema – e portanto, da responsabilidade – apenas da mulher.

A escolha do método de contracepção, na maior parte dos relatos, decorre então da decisão da mulher em buscar orientação médica e de sua conseqüente adaptação ao método indicado.

“A minha esposa toma anticoncepcional e foi decisão dela, ela vai ao ginecologista.” (Recife –C – 36 a 50 anos)

Embora parte dos homens costume acompanhar a mulher em consultas ao ginecologista, isso parece não implicar em participação ou interferência sobre a decisão tomada. E alguns afirmam claramente considerarem o tema da contracepção uma responsabilidade da mulher.

“Isso é mais coisa de mulher.” (Recife –C – 25 a 35 anos)

Pílula e injeção hormonal são os métodos mais utilizados, sendo o preservativo utilizado por poucos, quando em relação estável.

Homens que optaram pela vasectomia – não raros – afirmam que a decisão foi consequência da dificuldade da mulher em se adaptar a algum método contraceptivo, associada ao desconforto deles com o uso da camisinha.

Algumas vezes a decisão pela vasectomia veio depois de uma ou mais gravidezes não planejadas. Mas tal intervenção ainda sofre preconceito – alguns consideram que a vasectomia diminui a virilidade do homem.

“Tem uma carga de remédio para evitar: tem injeção, pílulas, tem também um selinho que cola na bunda e durante tanto tempo você fica, e depois a menstruação vem e você tira o selinho e depois coloca outro. Engravidada por que quer, tem camisinha, remédio e tem tudo.” (Recife – C – 25 a 35 anos)

*“Eu fiz vasectomia enquanto casado, depois que apareceu o segundo filho.”
(SP – B – 25 a 50 anos)*

*“Tem muito homem que não opera por medo e machismo, não faz vasectomia.”
(SP – C – 25 a 35 anos)*

“Eu soube que tira o apetite sexual” (Recife – C – 36 a 50 anos)

7. gravidez não planejada e aborto

Embora por força dos critérios de recrutamento dos participantes a maioria tivesse ao menos um filho ou filha não planejado, em todos os grupos o tema da vivência de uma gravidez ‘surpresa’ só surgiu após estímulo dos moderadores.

Seja ocorrida no casamento, seja durante um namoro, principalmente na adolescência ou como jovens adultos, o relato dessa experiência via de regra trouxe à tona a tensão vivida no momento, ficando bastante evidente a percepção do impacto que teria tal evento – ter um filho – em suas vidas, particularmente na vida de suas parceiras.

Não obstante, e embora chamados a rememorar o que sentiram e pensaram à época do evento (e não à luz do olhar e da presença de seus filhos hoje), a postura amplamente majoritária dos que tiveram essa vivência foi (e os que não tiveram, disseram que assim o fariam) a de levar a gravidez adiante e enfrentar todas as dificuldades impostas pela situação – postura sustentada até mesmo em casos de gravidez extraconjugal.

“A menina foi involuntária, engravidou! E aí não tem o que fazer, vamos arrumar um lugar para morar ...” (SP – B – 25 a 50 anos)

“E aí engravidou. Perdeu a faculdade, no 3º ano ela parou, foi uma gravidez difícil e nem trancou a faculdade.” (SP – B – 25 a 50 anos)

“Não era o momento, porque estávamos passando uma situação financeira terrível, e eu falei poxa, complicou, não tem o que fazer, e nunca na minha vida eu pensei em tirar o

filho, eu não aceito.” (SP – C – 25 a 36 anos)

“Mas nunca entrou nesse mérito de interromper. A gente sempre conversou e sempre fomos contra isso. Se aconteceu, Deus quis assim...” (SP – C – 36 a 50 anos)

“Quando ela (a amante) me falou que tava grávida . Eu disse aconteceu, vou assumir, vou dar um jeito.” (Recife – C – 36 a 50 anos)

A notícia inesperada da gravidez sempre foi seguida de grande apreensão, principalmente entre aqueles que não estavam casados. Contar para a família e como sustentar a criança são as maiores preocupações dos jovens solteiros. Entre os casados a preocupação maior dos homens está antes com a questão econômica.

“A mãe dela falou: tem que tirar por que o pai vai matar...” (SP – C – 36 a 50 anos)

“Eu com 16 anos e ela com 18 anos, foi difícil e complicado... Não tínhamos condições financeiras... E as famílias não deram apoio.” (Recife – B – 25 a 50 anos)

“Eu tinha 18 anos... Estava começando a faculdade... Pensava no meu objetivo e no meu futuro na faculdade.” (Recife – B – 25 a 50 anos)

*“O segundo filho foi no susto, não estava esperando, momento difícil”
(SP – C – 36 a 50 anos)*

“O segundo filho... Nós discutimos por causa dessa gravidez... Nós tínhamos um plano de crescer profissionalmente e hoje nossos

filhos não estariam passando o que estão passando (se queixando da situação financeira).” (SP – C – 36 a 50 anos)

Os participantes reconheceram que a mulher tem o poder da palavra final, na decisão da opção pelo aborto, que pode ocorrer sem o consentimento ou conhecimento do homem.

“...ela foi e fez o aborto... em principio eu acho que ninguém ficou sabendo de nada. (...) Ela que tomou a decisão de abortar e veio aquilo que você falou, de repente o problema se resolveu.” (Recife – A – 25 a 50 anos)

“Minha postura há 24 anos, não deixaria fazer. Só se ela fizesse escondido. Com meu conhecimento não.” (Recife – A – 25 a 50 anos)

8. aborto: princípios religiosos x questões sociais

Raros entrevistados assumiram postura pró legalização do aborto, apesar de muitos relatarem toda a dificuldade surgida no momento e de alguns terem enfrentado o aborto clandestino. Casos de interrupção da gravidez teriam sido sobretudo motivados por abortamento espontâneo, embora tenham sido narrados dois casos de aborto provocado: um por decisão do casal, o outro por decisão da mulher.

Ao mesmo tempo, os relatos de aborto provocado foram seguidos por narrativas de arrependimento: um pela situação da mulher após a intervenção (ou seja, mais pelas condições da clandestinidade em que ocorreu, provocando seqüelas), o outro pela perda de oportunidade de ter um filho (caso em que o arrependimento teria vindo com o tempo).

Evidentemente, tais discursos devem ser lidos à luz da pressão moral tácita que permeava as discussões nos grupos, posto que muitos participantes desde logo tinham manifestado sua condenação irrestrita ao aborto provocado, quaisquer que fossem as circunstâncias.

“Ela falou que estava grávida e eu não queria e nós resolvemos tirar, tiramos, fizemos aborto. E a situação fisiológica que ela ficou, eu vi que não valeu a pena, ela sangrou bastante.” (SP – C – 25 a 36 anos)

“Fiquei desesperado. Pensava no meu objetivo e no meu futuro na faculdade. Ela tentou esconder da família dela, e a família estava percebendo, e ela abortou o filho, aborto espontâneo. Hoje eu não concordo, mas na

época eu fiquei feliz com a situação, eu não sabia o que fazer.” (Recife – A – 25 a 50 anos)

“Eu, na época eu não trabalhava, e falaram para tirar... Falaram ‘tira, tira’, e eu não.” (Recife – C – 36 a 50 anos)

Como esperado, a postura antiaborto foi majoritária. As justificativas são claramente embasadas no que avaliam ser os fundamentos morais e religiosos cristãos.

“Sua filha namora, você conhece o namorado e de repente ela fala que está grávida e quer aborto; eu não, eu não vou ser cúmplice [de um crime].” (SP – C – 36 a 50 anos)

“Qual a diferença pra vida que esta ali dentro do ventre, qual a diferença para estupro ou gravidez desejada... “ (SP – C – 25 a 36 anos)

“Voltando à religião, por isso que a religião em si não é a favor do aborto em geral, ela é em favor a vida. E não interessa qual o motivo, é a favor da vida.” (SP – B – 25 a 35 anos)

“A gente é católico praticante e nunca cogitamos o aborto. Eu dei conselho já para amigos.” (SP – B – 25 a 50 anos)

“Na hora eu disse meu Deus, e agora. Ela queria tirar. E eu falei não, eu jovem, mas de família evangélica e eu nunca concordei com o aborto .” (Recife – C – 36 a 50 anos)

Alguns fundamentam sua postura em questões sociais – sobretudo os poucos que apóiam a realização do aborto legal.

“Eu trabalho em escola e vejo isso, às vezes tem aquela repulsa durante a gravidez e depois nasce e fica com aquela coisa... Melhor um aborto do que um filho indesejado.” (SP – C – 25 a 35 anos)

“O Estado gastaria menos com aborto do que com programas sociais.” (SP – C – 25 a 35 anos)

“Eu não sou contra o aborto, mas a sociedade não está pronta para ter isso legalizado... se a minha assinatura fosse legalizar o aborto, eu não legalizaria, mas eu não sou contra.” (SP – B – 25 a 50 anos)

Alguns, deparando-se com a situação da gravidez não planejada, reconheceram o aborto como solução.

“Veja bem, eu sou contra, por questão religiosa, coisa mais enraizada, e ao mesmo tempo, quem passa pelo que a gente passou naquele momento de terror, pavor, é quase que se não tivesse alternativa.” (Recife – B -25 a 36)

O caso de uma gravidez não planejada num contexto de relação extra conjugal também trouxe o aborto como justificável – situação em que a decisão da realização do aborto partiu da mulher. O homem que relatou esse caso se posicionou atualmente contra o aborto provocado, enfatizando só aceitá-lo para as situações de estupro, feto anencéfalo e risco de vida para a gestante.

“Ela era casada e tinha dois anos a mais do que eu, mas ela tinha casado cedo, ela tinha uma estrutura diferente da minha, eu era um moleque. Ela que tomou a decisão de abortar” (Recife – A - 25 a 50)

Em contexto semelhante – ainda que mobilizando um valor tradicional, como a preservação de um núcleo familiar que aparenta observar a monogamia – um participante questionou a própria convicção formada contra a legalização do aborto. Narrativa de história de primo casado que teria engravidado a amante:

“A esposa do meu primo confia nele e ele está numa situação brava. Eu não soube aconselhar. Se me perguntar, eu sou contra o aborto; agora nesse caso eu fico quieto e não vou falar. É uma situação, porque ele vai ter que abandonar a família, a filha que ele tem; e a esposa dele, se desconfiar que ele trai, ela vai embora, ela volta pra casa do pai com a filha e ele vai ficar sozinho. E com a amante ele não vai ficar porque tem outro marido, então... Sei lá, uma situação...” (SP – B – 25 a 50 anos)

Por fim, questionados sobre situações específicas a respeito do aborto, a postura inicial prevalecente, sobretudo entre os mais velhos e da classe C, foi a de não aceitação da prática do aborto em hipótese alguma.

“E o que a criança de um estupro tem haver com isso?” (SP – C – 25 a 35 anos)

“Acho que nenhuma religião apóia o aborto.” (SP – C – 36 a 50 anos)

Mas aprofundando-se a discussão, as situações já previstas em lei tenderam a dividir os participantes, sobretudo nos casos de gravidez decorrente de estupro.

“Acho que só em caso de estupro, você vai gerar um filho de um bandido e de um cafajeste?” (SP – B – 25 a 50 anos)

“Se uma mulher ou filha sua chegar e falar

que foi estuprada... Essa criança no início [da gestação] tem que tirar mesmo.” (SP – C – 36 a 50 anos)

“Eu sou a favor do aborto nesse ponto.” (Recife – C – 25 a 35 anos)

Para os casos de gravidez com risco de vida para a mãe e feto anencéfalo, também observou-se opiniões divididas, sempre com os mais próximos das igrejas tendendo a se manifestarem contrários à prática do aborto, inclusive nesses casos.

“Falo hoje, ninguém tem o direito de interromper uma vida. Cada um tem sua opinião e essa é minha opinião. Eu não interromperia.” (SP – B – 25 a 50 anos)

“Nisso eu apoio o aborto, para crianças com deficiências graves, eu tenho bastante parentes da minha parte e da minha esposa, que sofrem com crianças deficientes.” (SP – B – 25 a 50 anos)

9. legislação: desconhecimento e penalizações

Ficou evidente o baixo conhecimento da legislação vigente a respeito do aborto. O tema também fez com que aflorassem argumentos com base em percepções de senso comum sobre a relação dos brasileiros com a lei.

*“A lei não permite nenhum tipo de aborto...
Permite em hidrocefalia, estupro.”
(SP – B – 25 a 50 anos)*

“Se legalizar para estupro, aí vai abrir espaço para legalizar para outros casos.” (SP – C – 25 a 35 anos)

“Eu dei minha opinião, eu sou contra entre aspas, sou a favor em alguns casos. Mas no Brasil a lei não funciona. A lei a gente escreve, mas tem o jeitinho brasileiro que todo mundo fala.” (SP – B – 25 a 50 anos)

“Esse problema do brasileiro de não seguir as leis, vai banalizar [se legalizar para alguma situação].” (SP – B – 25 a 50 anos)

Em relação à penalização prevalece a opinião de que a prática do aborto ilegal deve ser punida, entretanto o tipo de pena que consideram justa varia muito – desde quem afirma que o próprio ato já é uma punição, passando pelos que sugerem prestação de serviços sociais, até os defensores da detenção para quem praticar o aborto.

“O próprio aborto é a punição, vai carregar isso para o resto da vida. Essa é a punição.”
(SP – B – 25 a 50 anos)

“Deveria fazer a pessoa prestar algum tipo de trabalho com criança. Com foco na coisa de aborto, de repente trabalhar com pessoas que passaram por isso.”
(SP – B – 25 a 50 anos)

“...e se caso ela fosse fazer fora, clandestina e fosse pega, aí seria pena, com pena bem grande, de 10 a 20 anos.” (SP – C – 25 a 35 anos)

Por fim, a ideia da legalização do aborto com o objetivo de reduzir os danos causados atualmente pela clandestinidade não sensibiliza a maioria, prevalecendo a noção de que seria entendida como um ‘incentivo’, levando à banalização da sua realização.

“O que se gastaria para ter uma clínica des-sa, deveria ser investido em educação [no sentido de prevenção à gravidez].” (SP – B – 25 a 50 anos)

10. igrejas, sociedade e estado laico

Apesar da oposição religiosa oficial de várias igrejas, métodos contraceptivos e até a pílula do dia seguinte são vistos com naturalidade por vários participantes.

No caso da contracepção de emergência, no entanto, apenas os que têm clara a distinção entre óvulo e embrião justificam seu uso. E embora não consigam definir um prazo para a interrupção da gravidez (ou do início da vida), ainda assim alguns consideram legítimo o uso de citotec ou semelhantes.

“Há um tempo atrás eu era contra o aborto; agora eu sou a favor se a pessoa descobrir que esta grávida com 15 dias, com pouco tempo e que não deu tempo de gerar nada ainda.” (SP – C – 25 a 35 anos)

“A pílula do dia seguinte, ela impede de ser gerado o feto. Porque tá tendo todo aquele processo de implantação na parede do útero da mulher, e leva umas duas a dez semanas.” (Recife – B – 25 a 5anos0)

“Não é aborto. Uma maneira da pessoa se prevenir.” (Recife – C – 25 a 35 anos)

“Pílula do dia seguinte, deveria tomar, independente de saber se estava grávida ou não, isso em caso de estupro. Você ia tirar a dúvida. Uma questão de segurança.” (Recife – C – 36 a 50 anos)

“E essa pílula é abortiva, parte do principio que o óvulo está lá fecundado e ela pega faz

esse óvulo se desprender da placenta e sair. A ideia dela é um aborto, só que com 72 horas de vida.” (SP – B – 25 a 50)

“Tem a pílula do dia seguinte, agora quando passa um mês, dois meses, eu não acho legal.” (SP – C – 25 a 35)

De modo geral, ainda que a maioria aceite a distribuição de preservativos e muitos a de contracepção de emergência, e mesmo quando declaram desaproveitar a relação Estado–Religião – entendendo por isso que as igrejas devem ficar fora da política – paradoxalmente predomina a convicção de que as igrejas estão certas em se posicionarem contra a prática do aborto em qualquer situação. Consideram que tal postura faria parte de valores importantes que a sociedade estaria perdendo, cabendo às igrejas defendê-los.

“A Igreja tem que se envolver... Tem gente que pode até não concordar, mas a Igreja vai influenciar.” (Recife – C – 36 a 50 anos)

Alguns acham legítimo que pessoas que tiveram formação religiosa influenciem o Estado nas suas decisões, refletindo os valores transmitidos por suas crenças. Outros questionam a promiscuidade entre religião e política.

“Não existe religião política. Na bíblia temos que ser apolíticos, não pode existir política dentro da religião.” (SP – B – 25 a 50 anos)

“Acho errado a religião se meter em política.” (SP – B – 25 a 50 anos)

“...deveríamos ter leis que fossem influenciados por religião.” (SP – C – 25 a 35 anos)

“É uma questão social, de todos, e não tem nada haver com religião.” (Recife – B – 25 a 50 anos)

“Acho que a Igreja, tem que se posicionar sobre qualquer tema, ela tem que definir enquanto ideia, norma, enquanto segmento. O poder legal disso é outra historia.” (Recife – B – 25 a 50 anos)

*“A Igreja também é contra sexo antes do casamento e se o Estado fizesse uma lei que você não pudesse transar antes do casamento, você acharia certo?”
(SP – C – 25 a 35 anos)*

O pequeno grupo que apóia abertamente a interferência direta das igrejas no Estado é formado por pessoas com fortes vínculos com alguma igreja e conseqüentemente com a transmissão dos interesses por elas defendidos.

“Acredito que a Igreja deveria se meter mais nos assuntos do Estado... A Igreja trabalha de uma forma boa para a população“ (Recife - C – 25 a 35 anos)

*“Então governo, político, tem que ter representantes de todas as religiões.”
(SP – B – 25 a 50 anos)*

“Tanto a católica como as outras devem influenciar o Estado” (Recife – C – 36 a 50 anos)

“Tem que intervir, é uma opinião em conjunto viável para a sociedade. A Igreja tem que dar esse suporte.” (SP – C – 25 a 35 anos)

11. sumário conclusivo - homens e aborto

As transformações nos papéis sociais de gênero, ao longo das últimas décadas, são de reconhecimento de todos. Os homens valorizam a contribuição da mulher como provedora de renda para o domicílio, mas muitos, claramente despreparados para a mudança, prefeririam que não viesse com contrapartida: a conquista de autonomia por parte das mulheres.

Ciúmes, poder (perda de poder) e apego a posturas machistas são manifestações constantes nesse cenário e mote para conflitos nos casais heterossexuais.

As características mencionadas acima não estão diretamente relacionadas com a postura pró ou contra o aborto: homens que se mostraram mais machistas na discussão dos relacionamentos tenderam à liberalidade na discussão do aborto, e às vezes vice-versa.

Contracepção é algo ainda tido amplamente como uma questão ou responsabilidade da mulher – ainda que, ‘falhando’, a gravidez indesejada caia sobre as cabeças também dos homens, colocando-os em cena na postura de co-decisores pela sua continuidade (raramente pela interrupção).

Embora a vida real tenha levado alguns a terem recorrido ao aborto em relacionamento atual ou passado, os poucos que assumem tal vivência o fazem em relato com traços de arrependimento.

O peso de valores morais e religiosos sobre a “preservação da vida” do feto permeia toda a discussão, sobrepondo-se na maior parte das vezes a considerações de qualquer outra ordem – como as conseqüências psicológicas para a

mãe e para a criança em caso de não interrupção de gravidez decorrente de estupro, ou conseqüências sociais de gravidezes simplesmente não desejadas.

A maioria manifesta-se contrária à mistura entre religião e política mas muitos apoiam a participação de pessoas religiosas na política e a defesa de suas convicções na elaboração de políticas públicas.

A despeito do recorte amostral, a similitude atitudinal entre os diferentes perfis investigados sugere que os resultados refletem valores e posturas transversais a amplas camadas dos homens brasileiros. Nota-se apenas algumas diferenças por recorte geracional, encontrando-se entre os mais jovens vozes discordantes da visão hegemônica, mais favoráveis à revisão da legislação vigente sobre a prática do aborto.

Os achados sugerem que não há um caminho único ou preferencial para que os homens deixem majoritariamente de considerar o aborto como um problema sobretudo das mulheres, que só lhes diz respeito quando confrontados com uma gravidez não planejada, no contexto de uma relação heterossexual estável. Um envolvimento maior de homens na luta pela legalização do aborto, seja como reconhecimento de um direito das mulheres sobre o próprio corpo, seja como política pública em nome da redução de danos, frente às decorrências trágicas – pessoais e sociais – de sua prática clandestina, implica várias frentes de batalha.

Nos campos da educação, da saúde pública e da informação envolve a difusão de conhecimento e acesso a métodos contraceptivos e à contracepção de emergência, confundida com abortiva (naturalmente também para as mulheres, mas a se considerar ações a serem focadas nos homens), bem como o esclarecimento sobre os casos já previstos na legislação vigente e a implantação de equipamentos que permitam sua observação efetiva. No plano jurídico, tanto a discussão da ampliação dos casos legais, como um debate sobre a adequação entre ato e sanção parecem admitir brechas para avanços.

Em um plano mais geral, os dados reiteram a necessidade permanente do questionamento das bases morais e

materiais da cultura patriarcal, machista e sexista – responsável, por exemplo, pelo aparente paradoxo de delegar exclusivamente à mulher a responsabilidade pela contracepção mas, em caso de gravidez não planejada, retirar-lhe a autonomia de decisão sobre sua continuidade ou interrupção. Ainda que sob abalo gradual, tal cultura hegemônica ainda define as bases em que se estruturam as relações de gênero, não só no plano familiar como na esfera pública em que se decide a política sobre o aborto.

Gustavo Venturi

Professor de Sociologia da USP. Estruturou e coordenou o Núcleo de Opinião Pública da Fundação Perseu Abramo, desenvolvendo pesquisas de cultura política e estudos sobre marcadores sociais de diferença (gênero e diversidade sexual, raça e etnias, juventude e velhice). Atualmente articula esses temas com pesquisa sobre moralidade, tolerância e direitos humanos. Trabalhou no Instituto de Pesquisas Datafolha (1985/96), dirigindo-o por 4 anos. É coordenador-assistente do Consórcio de Informações Sociais (CIS) e tutor do Programa de Educação Tutorial (PET) do MEC. É ainda pesquisador do Centro de Estudos de Opinião Pública (CESOP- Unicamp), do grupo de pesquisa 'Opinião Pública: marketing político e comportamento eleitoral' (CNPq- UFMG) e do Núcleo de Estudos para Prevenção da Aids (Nepaids- USP). Assina a coluna 'Opinião Pública' da revista eletrônica Teoria e Debate.

12. Anexo

ROTEIRO DE GRUPOS FOCAIS

São Paulo – maio 2013

I. Apresentação

- Dos participantes (idade, local de moradia, formação, profissão, estado conjugal, número de casamentos e de filhos).
- Da técnica (tipo de pesquisa), sigilo das identidades, uso dos dados.
- Regras: falar sem pedir, mas um de cada vez; não tem certo e errado, respeito à divergência.

II. Relações de gênero hoje

- Tema de hoje: só homens na sala por que? relação homem/ mulher
- Tem mudado? Ou é o mesmo que há 20 ou 30 anos?
- Mudou pra melhor ou pra pior? Por que?
- O que mudou pra melhor?
- O que mudou pra pior?
- E o que não mudou?
- O que causa discussões/é fonte de conflito?
- Igualdade é bom em tudo? Em que não dá para ser igual?
- Como se decidem os conflitos, quando não há acordo?

III. Tomada de decisões

- Quando estão num relacionamento, quem tem a última palavra sobre coisas importantes? (coisas que impactam na trajetória de vida: trabalho, estudo, local de moradia...)

- Quem deveria ter?
- Qual foi a situação ou decisão mais difícil que enfrentaram?
- Como foi resolvida? Quem teve a última palavra?

IV. Contracepção

- Gravidez é um problema da mulher? Quem tem que se cuidar?
- Como foi (ou é) com namoradas (ou relações paralelas)?
- Como fazem hoje (ou no último relacionamento) pra evitar filhos?
- De quem foi a decisão sobre o método atual?
- Foi conversado ou uma decisão de um só?

V. Gravidez não planejada

(Relembrar combinado: não tem certo e errado, ninguém está ali para ser julgado. Não há princípios morais absolutos. Ex.: matar é errado, mas vale em legítima defesa. Tem situações em que a necessidade leva a fazer coisas que em outras circunstâncias não se justificariam)

- Já passaram por situação de gravidez não planejada? (Não só na relação atual)
- Como isso foi resolvido? Tiveram o(s) filho(s)?
- Foi decisão tranquila ou tiveram dúvida?
- Teve divergência? De quem foi a decisão final?
- Ambos ou alguém no casal chegou a considerar interromper a gravidez, fazendo um aborto?
- Se aconteceu, como foi? Quem decidiu?
- Se a mulher, como reagiram? Apoiaram (acompanharam?) ou ela resolveu sozinha?
- E se a mulher tivesse levantado a questão, como reagiriam?
- E se ela decidisse que queria abortar, o que fariam?

VI. Aborto

- Por que acontecem abortos?
- Em quais circunstâncias é aceitável fazer o aborto?
- De quem deve ser a decisão?
- Gostariam de saber, ou preferem nem saber, a mulher que resolve?
- Como as mulheres costumam ver os homens nessa situação: o que esperam deles?
- O que fazer quando a parceira quer abortar?
- O que pensam sobre provocar um aborto?
- Conhecem alguma mulher que tenha feito aborto?
- A mulher que aborta deve ser punida? De que forma?
- A proibição do aborto (além das exceções previstas em lei) é positiva ou negativa? Por que?
- *Redução de danos*: resolve ou agrava a situação?
- Qual deve ser o papel do Estado nisso? E das Igrejas?

VII. Estado laico e religião nesse debate

- Religião tem a ver com essa discussão? Em que sentido?
- Cabe o governo adotar os valores de uma religião para valer para todos?

